

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2025

O Prefeito do Município de Senador Canedo, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições, por meio da Comissão Especial de Fiscalização e Acompanhamento do Concurso Público, torna público o presente Edital Complementar com as seguintes alterações no Edital de Abertura Nº 01/2025:

1.Retifica, no edital de abertura, os itens a seguir:

1.1 O item 4.3.1:

ONDE SE LÊ:

4.3.1 O(A) candidato(a) com deficiência auditiva e aquele diagnosticado(a) com Dislexia poderão solicitar a correção diferenciada da prova de redação/discursiva.

LEIA-SE:

4.3.1 O(A) candidato(a) com deficiência auditiva, diagnosticado(a) com Dislexia, diagnosticado(a) com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade e diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista poderão solicitar a correção diferenciada da prova de redação/discursiva.

1.2 O item 5.2:

ONDE SE LÊ:

5.2 Não serão aceitos documentos que não estejam listados no item 6.1 como documento de identificação no concurso, incluindo a Carteira de Trabalho Digital, a Certidão de Nascimento, a Certidão de Casamento, o Título de Eleitor, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), a Carteira de Estudante, o Certificado de Alistamento ou de Reservista ou quaisquer outros documentos (crachás, identidade funcional).

LEIA-SE:

5.2 Não serão aceitos documentos que não estejam listados no item 5.1 como documento de identificação no concurso, incluindo a Carteira de Trabalho Digital, a Certidão de Nascimento, a Certidão de Casamento, o Título de Eleitor, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), a Carteira de Estudante, o Certificado de Alistamento ou de Reservista ou quaisquer outros documentos (crachás, identidade funcional).

1.3 O item 6.2.14, alínea ‘h’:

ONDE SE LÊ:

h) iniciada a prova, o(a) candidato(a) somente poderá retirar-se do local de realização da prova com a devida liberação dada pelo(a) coordenador(a) e após terem decorridas 2 (duas) horas de prova, sendo permitido ao(à) candidato(a) levar o caderno de questões;

LEIA-SE:

h) iniciada a prova, o(a) candidato(a) somente poderá retirar-se do local de realização da prova com a devida liberação dada pelo(a) coordenador(a) e após terem decorridas 2 (duas) horas de prova. Será permitido ao(à) candidato(a) levar o caderno de questões apenas quando se retirar do local restando 30 (trinta) minutos para o término da aplicação da prova;

1.4 O item 7.1.8:

ONDE SE LÊ:

7.1.8 O(A) candidato(a) deverá responder à questão da prova discursiva em, no máximo, 30 (trinta) linhas.

LEIA-SE:

7.1.8 O(A) candidato(a) ao cargo de Procurador do Município deverá responder à questão da prova discursiva em, no máximo, 90 (noventa) linhas. Para os demais cargos a prova discursiva deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.

2. **Retifica** o Anexo I – Cronograma, para alterar a data do evento a seguir:

ONDE SE LÊ:

28/02/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado final das inscrições homologadas. • Publicação do resultado final da análise da documentação do(a) candidato(a) que realizou o upload do laudo médico (Anexo III) para concorrer à reserva de vagas e/ou requerer tempo adicional e/ou correção diferenciada. • Publicação do resultado final da análise da documentação comprobatória de ter exercido a função de jurado(a) no período entre a data de publicação da Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008 e a data de término das inscrições.
------------	--

LEIA-SE:

28/01/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado final das inscrições homologadas. • Publicação do resultado final da análise da documentação do(a) candidato(a) que realizou o upload do laudo médico (Anexo III) para concorrer à reserva de vagas e/ou requerer tempo adicional e/ou correção diferenciada. • Publicação do resultado final da análise da documentação comprobatória de ter exercido a função de jurado(a) no período entre a data de publicação da Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008 e a data de término das inscrições.
------------	--

3. **Retifica** o Anexo II – Quadro de Vagas:

3.1 Para alterar a carga horária semanal dos cargos de Fiscal de Serviços Urbanos, Fiscal de Tributos Municipais e Fiscal do Meio Ambiente que passam para o valor de 30 horas.

3.2 Para alterar os vencimentos dos cargos de Professor – Artes, Professor – Ciências, Professor – Educação Física, Professor – Geografia, Professor – História, Professor – Inglês, Professor – Matemática, Professor – Música, Professor – Pedagogo e Professor – Português para que conste o vencimento de R\$ 4.372,45 (quatro mil, trezentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

3.3 Para alterar os requisitos para o cargo de Analista de Saúde – Musicoterapeuta para que conste: Ensino Superior em Musicoterapia ou pós-graduação *lato sensu* em Musicoterapia com registro no conselho competente.

3.4 Para excluir o cargo de Fiscal de Saúde Pública – Enfermagem do certame.

3.4 Para alterar a soma total das vagas de AC e CR que passam aos respectivos valores de 1.417 e 4.506.

4. **Retifica** o Anexo IV – Conteúdo Programático, para Educador Físico:

ONDE SE LÊ:

1. Políticas públicas de saúde no Brasil: perspectivas legais, limites e desafios. 2. A Educação Física e o Sistema

Único de Saúde (SUS). **3.** Avaliação cineantropométrica, biomecânica, motora, funcional, psicofisiológica e de composição corporal. **4.** Avaliação, diagnóstico e intervenção em distúrbios físicos e de motricidade em crianças, adolescentes, adultos e idosos. **5.** Práticas corporais, atividade física e saúde do trabalhador. **6.** Programas, projetos e ações em saúde pública para grupos especiais (idosos, jovens e pessoas com deficiências). **7.** Doenças mentais e crônicas não transmissíveis: promoção de lazer ativo, bem-estar psicossocial e integração sociocultural. **8.** Política Nacional de Saúde Mental (Lei nº 10.216/2001). **9.** Política Nacional sobre Drogas (Lei nº 11.343/2006). **10.** Política Nacional de Promoção da Saúde (Portaria GM/MS nº 687/2006). **11.** Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (Portaria GM/MS nº 1.459/2014). **12.** Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria GM/MS nº 2.528/2006). **13.** Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (Portaria GM/MS nº 793/2012). **14.** Programa Academia da Saúde (Portaria GM/MS nº 2.488/2011). **15.** Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Portaria GM/MS nº 1.823/2004). **16.** Lei Orgânica do Município de Senador Canedo (Lei nº 1/1990 - Título VI – Da ordem econômica e social: Capítulo II – Da saúde e Capítulo III – Da família, da criança, do adolescente, do idoso e do deficiente).

LEIA-SE:

1. Políticas públicas de saúde no Brasil: perspectivas legais, limites e desafios. **2.** A Educação Física e o Sistema Único de Saúde (SUS). **3.** Avaliação cineantropométrica, biomecânica, motora, funcional, psicofisiológica e de composição corporal. **4.** Avaliação, diagnóstico e intervenção em distúrbios físicos e de motricidade em crianças, adolescentes, adultos e idosos. **5.** Práticas corporais, atividade física e saúde do trabalhador. **6.** Programas, projetos e ações em saúde pública para grupos especiais (idosos, jovens e pessoas com deficiências). **7.** Doenças mentais e crônicas não transmissíveis: promoção de lazer ativo, bem-estar psicossocial e integração sociocultural. **8.** Política Nacional de Saúde Mental (Lei nº 10.216/2001). **9.** Política Nacional sobre Drogas (Lei nº 11.343/2006). **10.** Política Nacional de Promoção da Saúde (Portaria GM/MS nº 2.446/2014). **11.** Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (Portaria GM/MS nº 1.130/2015). **12.** Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria GM/MS nº 2.528/2006). **13.** Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (Portaria GM/MS nº 793/2012). **14.** Programa Academia da Saúde (Portaria nº 2.681/2013). **15.** Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Portaria GM/MS nº 1.823/2012). **16.** Lei Orgânica do Município de Senador Canedo (Lei nº 1/1990 - Título VI – Da ordem econômica e social: Capítulo II – Da saúde e Capítulo III – Da família, da criança, do adolescente, do idoso e do deficiente).

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Goiânia, 10 de novembro de 2025.

Sandro Andriotti
Presidente da Comissão Especial do Concurso Público